

GT 15 – Educação Especial**CONCEPÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIA: O OLHAR DE ESTUDANTES QUE
VIVENCIAM ESSA REALIDADE**

Susana Couto Pimentel(UFRB)

Laíse Lima Santana(UFRB/ PIBIC– FAPESB)

Valterci Ribeiro(UFRB/ PIBIC–CNPq)

A concepção de deficiência assumiu diferentes vieses no decorrer da história da humanidade, abrangendo inicialmente uma perspectiva que enfatizava o defeito e, portanto, condenava à morte os que vivenciavam esta condição sendo que, posteriormente, passou a predominar as explicações sobrenaturais, isto é vinculada a interferências de deuses ou demônios.

Essas perspectivas só se arrefeceram quando estudos na área da saúde, desenvolvidos já na idade moderna, trouxeram dados para a construção do paradigma clínico que compreende a deficiência como impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial que determinam, muitas vezes, limitam a ação de quem a possui. Embora se reconheça um avanço em relação à concepção anterior, a abordagem clínica reduz a deficiência a um problema orgânico, enfatizando as limitações que derivam desta condição e colocam o sujeito com deficiência numa condição diferente no exercício dos seus direitos.

Entretanto, nas últimas décadas outro paradigma tem explicado a deficiência, entendendo-a com base numa concepção social sob a perspectiva de que os fatores orgânicos são potencializados pelo contexto social limitador. Assim, a condição de deficiência, ainda que vinculada a uma causa orgânica específica, relacionada a disfunções de ordem física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla, pode ser potencializada pelo contexto no qual o sujeito está inserido. Nessa perspectiva “a deficiência é o resultado de uma sociedade que não

se encontra preparada nem projetada para atender as necessidades de todos e todas, senão só de determinadas pessoas.”(PALACIOS, 2008, p.32)¹. Deste modo, as causas da deficiência são, sobretudo, sociais, pois

não são as limitações individuais as raízes do problema, porém as limitações da própria sociedade, para prestar serviços apropriados e para assegurar adequadamente que as necessidades das pessoas com deficiência sejam levadas em conta dentro da organização social (PALACIOS, 2008, p. 103-104)².

Isso significa que a “limitação” orgânica pode ser extremamente reforçada por determinados discursos e práticas sociais quais constituem uma deficiência secundária, ou seja, construída socialmente. Esta, no entanto, pode ser mais limitante que a deficiência primária, isto é, aquela de causa orgânica. (VYGOTSKY, 1989)

Essa abordagem social acerca da deficiência trouxe outra compreensão sobre os direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo-se que esses sujeitos, que por muitas vezes são estereotipados e segregados por não atenderem as expectativas de uma sociedade excludente, devam ter as mesmas oportunidades que os possibilitem uma participação plena e efetiva nos processos sociais e educacionais.

Assumimos, portanto, neste artigo a concepção de deficiência não como uma questão meramente orgânica, mas como um resultado do processo de interação com uma sociedade que não dá à pessoa com deficiência condições de igualdade em sua ação sobre o mundo. De acordo com o Decreto Legislativo nº 186/2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, transformando-o em emenda constitucional,

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2008)

Ademais, entendemos que nesse contexto a deficiência pode ser potencializada pela atribuição de expectativas sociais ao sujeito que está nesta condição. Por exemplo, em nossa sociedade capitalista e com foco na produtividade, a pessoa com deficiência é considerada como desviante das normas estabelecidas socialmente, não sendo, portanto, aceita pelos padrões de normalidade.

¹ Tradução nossa.

² Tradução nossa.

A condição de deficiência está ligada, então, tanto ao contexto no qual o sujeito está inserido quanto às normas, preconceitos e valores presentes na interação entre os que rotulam e os que são rotulados. Portanto, a concepção de deficiência é também linguística, sendo simbolicamente e socialmente mediada.

Diante do exposto, objetivou-se nesta pesquisa analisar a concepção de deficiência que permeia o discurso de estudantes que vivenciam a condição de deficiência e que estão matriculados em cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta pesquisa está inserida em uma investigação maior que buscou mapear as condições de inclusão e permanência oferecidas por esta instituição federal de ensino superior aos seus estudantes com deficiência.

A UFRB é uma instituição pública, criada pela Lei nº 11.151/2005, no processo de interiorização e expansão da educação superior federal. No contexto baiano, esta universidade tornou-se a segunda instituição de ensino superior federal após 60 anos da criação da primeira universidade federal neste estado. Como forma de atender a proposta de interiorização, a UFRB possui uma estrutura *multicampi*, sendo que seus seis *campi* estão organizados por Centros de Ensino em diferentes municípios baianos. A cidade de Cruz das Almas é a sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. No município de Santo Antônio de Jesus está localizado o Centro de Ciências da Saúde. Na cidade de Cachoeira está o Centro de Artes, Humanidades e Letras. Em Amargosa localiza-se o Centro de Formação de Professores e por fim, foram recentemente inaugurados o Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade, em Feira de Santana, e o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, em Santo Amaro. As atividades acadêmicas da UFRB foram iniciadas no segundo semestre de 2006 com a oferta de 15 cursos de graduação e hoje, oito anos depois, a instituição oferta 39 cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa que deu origem a esse artigo é considerada qualitativa quanto a sua abordagem, pois permite uma descrição profunda e complexado objeto estudado (NEVES, 1996), isto é, a concepção de estudantes sobre sua condição de deficiência, no contexto específico da UFRB. A metodologia utilizada para discussão dos dados levantados nessa investigação foi análise do conteúdo da fala de seis estudantes com deficiência com os quais foi aplicado uma entrevista semiestruturada.

A entrevista foi escolhida, como instrumento de recolha dos dados, por permitir uma maior interação entre pesquisador e pesquisados, sendo que o tipo selecionado, entrevista semiestruturada, favorece ao pesquisador elaborar previamente um roteiro inicial de questões

consideradas necessárias para que se responda ao problema de pesquisa, bem como possibilita a reedição das questões propostas, ampliando-as ou suprimindo-as a partir das respostas dadas e da interação estabelecida. Assim, o roteiro com as questões propostas previamente é aberto para acréscimos ou supressão de questões a partir da fala do participante da pesquisa, sendo, portanto, ao mesmo tempo direcionado e flexível, de modo a se garantir a obtenção dos dados relevantes à investigação.

Por sua vez, a análise do conteúdo permite um estudo em detalhes dos sentidos e significados expressados pelos sujeitos da pesquisa na comunicação de suas concepções sobre um determinado tema, permitindo a descrição das comunicações e a análise do conteúdo das mensagens. Assim, essa metodologia de tratamento dos dados permite um estudo em detalhes dos sentidos e significados do conteúdo da mensagem veiculada, seja ela verbal, silenciosa ou gestual (FRANCO, 2007). A análise do conteúdo possibilita, portanto, ao pesquisador captar, nos enunciados, gestos ou silêncios de seus interlocutores, a expressão dos sentidos atribuídos a determinado tema, sendo no caso desta pesquisa: a concepção sobre a condição de deficiência.

Com vistas a manter a fidedignidade das falas dos participantes da pesquisa, durante a entrevista foi utilizado o recurso de gravação em áudio, para posterior transcrição na íntegra, com permissão prévios entrevistados através da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O levantamento dos estudantes que participaram desta investigação foi realizado com base na indicação de Coordenadores de Colegiados dos cursos de graduação através de respostas a um questionário aplicado no início da investigação. Este recurso metodológico foi necessário, pois a instituição não possuía registro confiável sobre número de estudantes com deficiência matriculados. Os resultados dos questionários respondidos apontam que dos 6.359 estudantes matriculados em 2011, apenas oito foram identificados com algum tipo de deficiência: sendo seis com deficiência física, um visual e um com deficiência auditiva. No entanto para realização da presente pesquisa apenas seis estudantes foram localizados e se dispuseram a participar.

Após a transcrição, as entrevistas foram analisadas em profundidade buscando pistas nas falas que apontassem a concepção destes estudantes³ sobre a sua condição de deficiência. A partir da análise do conteúdo das falas foram levantadas duas categorias: a influência do modelo médico na construção da concepção sobre deficiência como um problema inerente a

³Com vistas a preservar a identidade destes sujeitos, os nomes utilizados para os mesmos ao longo deste trabalho são fictícios.

pessoa; o impacto do modelo social na compreensão da condição de deficiência como resultado de interações com o meio.

1. A INFLUÊNCIA DO MODELO MÉDICO NA CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA COMO UM PROBLEMA INERENTE A PESSOA

O modelo médico de análise da deficiência a considera como uma marca do indivíduo, como uma patologia inerente ao ser. Este modelo, que se assenta no diagnóstico patologizante dos indivíduos, prende a pessoa ao rótulo de um atributo que lhe falta. “O diagnóstico, como diz Illich (1975), cria uma penosa desarmonia entre a pessoa diagnosticada e o seu ambiente social, que tende a se organizar contra ela. (...) Ela é destacada pelo que é considerado, nela, impeditivo de seguir o fluxo comum da vida.” (TUNES, 2007, p. 54)

Nesta perspectiva, a deficiência é vista como um problema, uma questão de anormalidade estrutural do sujeito. Essa condição de anormalidade traz para o sujeito uma sensação de incapacidade, isto é, de não poder realizar atividades consideradas normais, colocando-o numa condição de desvantagem social. (BASTOS, 2006). Isso pode ser visto na fala do entrevistado a seguir.

É você saber que tem direito de fazer aquilo e não poder. (...) Quando você tem um problema você tem que se adaptar a ele. Eu não me aceitava assim, eu tinha muita vergonha... Depois eu encarei. Eu nasci praticamente assim, ninguém pode me mudar, só Deus! Todos estão sujeitos a ter uma intempérie do destino e ter algum problema e ficar assim. Por exemplo, ter sequelas, como em queimaduras. (...) Antes eu mesmo tinha dificuldades, mas hoje em dia quem quiser que me aceite com o eu sou. Muitas pessoas não têm maturidade ou a pessoa sofreu algum trauma por ter ficado deficiente, como em acidentes, por isso são resistentes. (Trecho da entrevista a Adelmo, estudante com Deficiência Física de um Curso Superior Tecnológico).

Observa-se nessa fala o esforço de aprender a lidar com a deficiência, tendo em vista que a mesma é considerada um estigma, uma marca visível que coloca quem a possui numa condição inferior. Para Goffman (1988), o estigma é uma identidade social produzida a partir de referências depreciativas que não correspondem às exigências sociais do que o indivíduo deveria ser. Esse estigma constitui-se num estereótipo criado socialmente que reduz a pessoa ao seu “defeito” ou a sua “desvantagem”.

Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entre em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido. (...) Quando um estigma é imediatamente perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere com o fluxo da interação (GOFFMAN, 1988, p. 59).

Outra abordagem presente na fala do entrevistado é relacionada a deficiência como problema, como algo que o coloca numa condição diferente do exercício do direito: “É você saber que tem direito de fazer aquilo e não poder”. Nestas duas formas de abordagem a deficiência é vista como algo físico, orgânico, porém que traz limitações sociais.

Certamente a deficiência relaciona-se a alguma “limitação” orgânica (sensorial, motora, intelectual), porém neste trabalho entendemos que esta “limitação” pode ser extremamente potencializada quando reforçada por determinados discursos e práticas sociais. Mantoan, (2000) utiliza os termos déficit real para se referir às questões orgânicas e déficit circunstancial para abordar as limitações estabelecidas pelo contexto social. Para Vygotsky (1989) a deficiência pode ser compreendida como produto de condições sociais anormais, o que ele denomina como deficiência secundária. Para este autor a deficiência secundária, ou seja, construída socialmente pode ser mais limitante que a deficiência primária, ou seja, aquela de causa orgânica.

O entrevistado ainda mostra que esta concepção de deficiência trouxe a ele vergonha, baixa autoestima, dificuldade de autoaceitação. Porém, diante do fato de que esta condição seria imutável, ou melhor, do entendimento do estudante de que somente Deus poderia mudar, a resignação foi tomando o lugar da luta contra a condição socialmente imposta de deficiência, na medida em que se buscava compreender que, por razões alheias a vontade das pessoas, outras situações poderiam também trazer sequelas, a exemplo das queimaduras. Certamente o entrevistado traz a queimadura por ser algo muito constante na região do Recôncavo da Bahia devido à “guerra de espadas”⁴ que se transformou em forma cultural de se comemorar os festejos juninos nesse território baiano. Deste modo, é muito comum encontrar sequelados, mutilados da “guerra de espadas”, ficando, portanto, na concepção do estudante entrevistado, mais aceitável, conviver com o estigma e com a diferença nesse contexto.

Outra forma de reforçar a deficiência como um problema de cunho pessoal e orgânico é afirmá-la dentro de uma pseudonormalidade, negando à pessoa nessa condição o direito de ser tratada de modo diferenciado para que acesse aos bens culturais e serviços públicos como todos os demais. É a isso que se refere o princípio da não discriminação trazido pela Convenção da Guatemala⁵, fundamentado na máxima do direito de “tratar

⁴ As espadas são artefatos confeccionados com bambu e pólvora.

⁵ Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, cujo texto foi assumido no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.

igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, apenas com vistas a dar-lhes condições de acesso ao exercício de sua cidadania e não para negá-lo.

Existem questões da deficiência visual, onde possui várias partes né? [como a] baixa visão... Eu acho que, assim, minha concepção é que a pessoa que já usa óculos também é um deficiente visual (...). (Trecho da entrevista com Miguel, estudante com Deficiência Visual/Cegueira de um curso de Licenciatura).

É perceptível nessa fala a dificuldade de se reconhecer como pessoa com deficiência, veiculando o discurso de que a deficiência é uma condição relacionada a uma disfunção orgânica e que, portanto, qualquer pessoa que possua disfunções orgânicas deve ser categorizada como deficiente. Diante disso, a deficiência fica relativizada e o estudante busca afirmar-se dentro de uma pseudonormalidade.

Outro estudante também apresenta esta perspectiva, abordando a deficiência como problema ou dificuldade para a pessoa que a vivencia.

Deficiência é como já diz vários artigos, várias constituições, são aquelas pessoas que tem uma dificuldade de realização de algum trabalho, alguma atividade (...) que precisa de adaptação para realização desses trabalhos. (...) Hoje a gente divide a deficiência em quatro partes: deficiência visual, auditiva, física e intelectual e tem também o transtorno global de desenvolvimento que também se engloba um pouco na deficiência intelectual. (Trecho da entrevista com Miguel, estudante com Deficiência Visual/Cegueira de um curso de Licenciatura).

Embora o entrevistado demonstre leituras sobre a deficiência, citando inclusive os seus tipos, a sua concepção aborda ainda a deficiência como uma condição que traz dificuldades para quem a possui. Assim, a origem do problema está na pessoa. Apesar de sinalizar a necessidade de adaptação para realização das atividades diárias, o referido discente não deixa claro se estas adaptações devem ser garantidas pelo contexto social ou se devem ser buscadas pela pessoa com deficiência, o que reforçaria a ideia de que a pessoa com deficiência é quem precisa se adequar aos ambientes e condições de normalização. Isso difere da compreensão de que

a sociedade e suas instituições é que são opressivas, discriminadoras e incapacitantes e que a atenção, portanto, precisa estar direcionada para a remoção dos obstáculos existentes à participação das pessoas portadoras de deficiência na vida em sociedade e para a mudança institucional, ou seja, para a mudança de regulamentos e de atitudes que criam e mantêm a exclusão. (MITTLER, 2003, p. 26).

As atitudes excludentes numa sociedade opressora são alimentadas em grande medida pelo preconceito construído na interação com o meio, conforme aponta a categoria seguinte.

2. O IMPACTO DO MODELO SOCIAL NA COMPREENSÃO DA CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA COMO RESULTADO DE INTERAÇÕES COM O MEIO

Nessa categoria foram agrupadas as falas que convergem para discussão da deficiência sob a ótica da interação com o contexto sócio-econômico-político e ambiental onde a pessoa está inserida. Observaram-se, portanto, falas relacionadas: ao preconceito vivenciado pela pessoa em condição de deficiência; a condição socioeconômica como agravante da situação de deficiência; aos recursos de acessibilidade e de Tecnologia Assistiva como minimizadores do sentimento de deficiência.

A teoria social da deficiência relaciona o preconceito ao resultado do processo de atribuição das expectativas sociais. A concepção de deficiência está ligada, então, às normas, preconceitos e valores presentes na interação entre os que definem e os que são definidos. A pessoa com deficiência desvia-se das normas da sociedade, porque ela possui uma forma não desejável, não aceita pelos padrões de normalidade estabelecidos socialmente. Esta não aceitação social pode causar no outro um constrangimento e a vergonha de possuir determinada deficiência, considerada socialmente como um problema.

Eu, eu comecei a fugir disso sabe? Eu acho que é um trauma de dizer que eu sou um deficiente, mas eu sempre me aceitei (...) não foi nenhum tabu de eu querer me socializar de eu querer fazer tudo que uma pessoa normal pode fazer. (Trecho da entrevista com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um Curso da Área de Ciências Humanas).

Esse discente aborda um “trauma” em se assumir com deficiência, embora afirme que sempre tenha se aceitado. Infere-se que esse “trauma” está, portanto, relacionado ao receio de vivenciar o preconceito social, concepção que se forma quando o outro pretende capturar o sujeito com quem interage com “uma palavra-atributo que o caracterize em sua essência”. (TUNES, 2007, p. 51). Nesta perspectiva, “a noção de deficiência articula-se com a ideia de expectativa social”. (TUNES, 2007, p. 51). Percebe-se que, embora haja no entrevistado a fala de autoaceitação, há também o receio, nomeado como “trauma”, de não ser aceito pelo outro por ser considerado como alguém a quem falta alguma coisa.

Em outro momento de sua fala esse mesmo estudante faz uma leitura crítica da compreensão social da deficiência.

A concepção que eu tenho de deficiência é... eu não vou te negar que é uma concepção de senso comum, (...) hoje eu tô querendo fazer um debate mais amplo dela, porque é aquela concepção (...) que eu acho mesmo dentro do movimento estudantil dentro do CAHL⁶ que é a minha realidade, (...) que deficiência é só aquele que tem a parte estrutural do corpo humano com uma deficiência, ou seja, aquela deficiência visual, a que você vê e nota (...) Mas eu consegui vê a deficiência de outro ângulo (...), digamos... um senso crítico em relação a esse debate. Então a deficiência para mim tá muito mais amplo que o corpo (...) Claro, é uma concepção cultural que (...) foi ensinada pra gente (...). A imagem que se passa de deficiente, infelizmente, é só quem é cadeirante ou quem anda com uma muleta ou quem anda com *um* óculos de garrafa na cara. (...) É, sem dúvida, eu acho que isso tá mais marcado, é evidente. É triste tá falando isso, eu posso até tá enganado, mas meus colegas dos outros cursos do CAHL, até do meu próprio curso, da minha turma, a briga é: “o elevador tem que funcionar”. É como se o elevador funcionando a acessibilidade vai tá eficaz. E eu não entendo a acessibilidade só num elevador (...) (Trecho da entrevista feita com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um curso da área de Ciências Humanas).

Em sua rica fala esse entrevistado também reconhece que, na maioria das vezes, a sociedade associa a deficiência ao estigma, a algo visível, que demarca notoriamente uma diferença, a exemplo da condição da pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas. Porém, o seu relato denuncia a limitação desta compreensão, tendo em vista que outros tipos de deficiência podem se tornar invisibilizados e, por isso, não serem empreendidas lutas sociais para garantir a acessibilidade das pessoas que possuem, por exemplo, deficiência intelectual ou auditiva.

As discussões sobre as dimensões sociais e ambientais que interferem na condição da deficiência foram iniciadas no século XX e ampliadas no início do século XXI, trazendo a necessidade de redimensionar o enfoque meramente orgânico. Assim, “a deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão social” (DINIZ, 2007, p. 16).

Esta concepção foi expressa, em 2001, pela Organização Mundial da Saúde no documento intitulado Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) que avalia a condição de deficiência tomando como base o contexto ambiental e as condições de vida das pessoas. (BASTOS, 2006).

Eu tenho medo de falar o que acho e ser preconceituoso. (...)É quando uma pessoa exerce ou tem mobilidade reduzida. (Trecho da entrevista com Bernardo, estudantecom Deficiência Física de um curso de Licenciatura).

⁶ Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado no município baiano de Cachoeira.

Embora a mobilidade reduzida, citada pelo entrevistado, não esteja relacionada apenas a condição de deficiência, mas a dificuldade de locomoção advindas da obesidade ou da idade avançada, afeta diretamente o direito de ir e vir, constituindo-se num limite, numa restrição de fazer algo. Ressalte-se, porém, que a mobilidade reduzida tem origem não somente na condição orgânica da pessoa, mas também na ausência de condições proporcionadas pelo meio social que deve favorecer esta mobilidade. Observa-se, assim, que este estudante traz uma concepção de deficiência vinculada com as questões sociais e ambientais, não a relacionando apenas à dimensão orgânica. Nesse sentido, os defensores do modelo social da deficiência abordam, ainda no século XX, que “a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente hostil à diversidade física.” (DINIZ, 2007, p. 15).

Entretanto, apesar deste viés da condição social da deficiência dado pelo estudante entrevistado, é possível se observar em sua fala que a deficiência é vista de modo restrito, apenas dentro da condição que o afeta diretamente, ou seja, analisando a questão da acessibilidade que afeta diretamente a pessoa com deficiência física.

Assumindo a perspectiva de que as condições disponibilizadas no ambiente podem reduzir as possíveis implicações limitadoras causadas pela deficiência, a Tecnologia Assistiva constitui-se hoje numa área de conhecimento, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade e a participação, de pessoas com deficiência em seu contexto social, visando sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social. (Comitê de Ajudas Técnicas, Corde/SEDH/PR, 2007). Na fala do estudante a seguir observa-se a importância de que estes recursos sejam assegurados.

Tive poliomielite e tenho sequelas. (...) Eu tive pólio aos seis meses de idade, então durante a minha vida toda ela me acompanha e isso não vai mudar. (...) Eu só tenho dificuldades de locomoção, pois eu perdi o movimento (...) em uma das pernas. (...) Faço tratamento médico e aprendi a andar com as muletas adaptadas. (Trecho da entrevista a Adelmo, estudante com Deficiência Física de um curso Superior Tecnológico).

É possível verificar na fala deste estudante que a deficiência é vista como uma condição permanente com a qual ele precisou aprender a conviver, tendo o apoio de recursos de Tecnologia Assistiva. Certamente esta compreensão e apoio fazem diferença em sua forma de lidar com sua condição de deficiência.

(...) Eu tenho uma dificuldade enorme (...) de ouvir uma palestra com som e meu aparelho [auditivo] é digital e você consegue mexer nele até ficar um equilíbrio (...) (Trecho da entrevista com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um Curso da Área de Ciências Humanas).

Essa outra fala reforça a compreensão de que as pessoas com deficiência podem ter ampliadas suas possibilidades funcionais se lhe forem disponibilizados recursos de Tecnologia Assistiva que assegurem condições de acessibilidade e autonomia, a exemplo de um aparelho auditivo que favoreça a apreensão e compreensão dos sons do ambiente. A ausência destes recursos pode ser, então, fator limitante ou impeditivo ao processo de inclusão da pessoa com deficiência num determinado contexto social.

No geral [a pessoa com deficiência] para mim é uma pessoa normal. Estou usando prótese, nós podemos fazer tudo sim que as pessoas normais fazem, eu sou um exemplo disso e, eu pensei em desistir sim no começo, mas hoje eu to usando prótese e do lado de pessoas normais. Sabemos que temos nossos limites. Eu sou feliz e isso não impede nada, ninguém é melhor ou pior que ninguém. (Trecho da entrevista com Sílvia, estudante com Deficiência Física de um curso da Área de Ciências Biológicas).

Embora a fala da estudante de biologia também possa ser vista numa perspectiva reducionista de deficiência, como algo de cunho orgânico ligado a um indivíduo que pode ser resolvido ou normalizado com o uso da prótese⁷, queremos ressaltar a consciência de que a existência de tais recursos trazem condições mais igualitárias no modo de viver na sociedade.

Estudiosos (GALVÃO FILHO, 2009; BERSCH, 2008) afirmam que a Tecnologia Assistiva é, portanto, essencial para o desenvolvimento do estudante com deficiência no espaço social e também acadêmico, pois consiste numa mediação instrumental

relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às: funções motoras, funções visuais; funções auditivas e/ou funções de comunicação. (GALVÃO FILHO, 2013, s/p).

Assim tem-se reafirmada a necessidade de que sejam assegurados, a todos os estudantes, os recursos necessários para melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento de competências e habilidades, legitimando as possibilidades de sua participação efetiva no processo educacional. Segundo Santos, “(...) a falta de tais recursos pode comprometer, por exemplo, o desempenho de alunos com deficiência, pois auxiliam na superação de dificuldades funcionais para a realização de atividades” (2009, p. 8).

⁷Componente artificial colocado em substituição a um órgão amputado, ou não, com a finalidade de suprir funções daquele órgão.

Ainda dentro da perspectiva de deficiência baseada no modelo social, um dos discentes aborda que a vivência da condição de deficiência é desigual para pessoas de classes sociais diferentes.

A minha necessidade especial é auditiva. (...) O médico disse que é de nascença, mas (...) para se descobrir a minha deficiência mesmo foi a partir dos meus 12 anos de idade. (...)Eu(...) tive algumas oportunidades e (...) quando eu fui fazer o teste e que eu soube que podia ficar surdo (...) eu pensei:“(...) quantos colegas meus não tem (...) nem o acesso de fazer o exame...”(...) O que eu tô querendo provocar não é só (...) a estrutura financeira de poder ter o aparelho, mas antes de tudo a ter acesso a fazer o exame, a outras coisas. (...) (Trecho da entrevista com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um Curso da Área de Ciências Humanas).

Embora este estudante tenha retomado em sua fala o poder biomédico de classificar as pessoas pelas deficiências orgânicas que possuem, não se desconsidera neste texto que o diagnóstico seja importante. Porém, ao se defender o modelo social de deficiência, entende-se que o diagnóstico médico não possui um fim em si mesmo, por isso ele não deve servir como um rótulo identificador das pessoas, mas como um ponto de partida para que o contexto social, educacional e cultural, no qual a pessoa com deficiência está inserida, se modifique para atendê-la em suas necessidades.

Considera-se, entretanto, que esse estudante traz outra abordagem quando relata que se sente diferenciado por ter tido a oportunidade de acesso ao diagnóstico médico no início da perda auditiva, bem como em conseguir adquirir o aparelho auditivo. Esta pode ser uma sinalização de consciência de que a sua condição social o diferencia na relação com a deficiência, como também pode indicar uma leitura resignada daquilo que demarca a sua diferença, uma tentativa de aceitar com mais facilidade o que poderia ser mais difícil caso não tivesse acesso a estes recursos.

Analisando a deficiência nesta perspectiva socioeconômica percebe-se que, certamente, a ausência de condições favoráveis ao diagnóstico impede uma intervenção precoce e também dificulta o acesso desses sujeitos a recursos de Tecnologia Assistiva que em sua maioria tem alto custo e, portanto, deveriam ser assegurados a todos os que deles precisam através de políticas públicas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com deficiência na universidade pode ser considerada revolucionária, pois, por força de mecanismos legais, já é possível perceber a presença desses

sujeitos em diferentes espaços sociais, antes jamais ocupados devido às inúmeras formas de marginalização e/ou segregação impostas pela sociedade às pessoas com deficiência. Entretanto, a concepção que se tem sobre a deficiência nos espaço acadêmico pode reforçar atitudes e políticas excludentes ou inclusivas.

Através da presente investigação, percebeu-se na concepção dos entrevistados uma forte influência, ainda que inconsciente, do modelo social da deficiência, isto é, a compreensão de que a mesma está fortemente relacionada com as questões contextuais e sociais, podendo, portanto, ser potencializada por uma sociedade que possui práticas excludentes e na qual não são priorizadas políticas públicas que assegurem a promoção da inclusão. Como os sujeitos participantes são estudantes do ensino superior, observa-se uma leitura mais crítica da realidade vivenciada na condição de pessoa com deficiência.

Essa perspectiva do modelo social da deficiência impõe para a sociedade a necessidade de adoção de medidas para o rompimento de barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência no meio social, sejam elas barreiras atitudinais, arquitetônicas, urbanísticas ou de mobiliários públicos, garantindo-lhes, ainda, a acessibilidade a locais públicos e privados, bem como a transportes públicos e a um sistema de comunicação geral adaptado.

Porém, apesar do predomínio desta concepção social, ainda se apresenta em algumas falas dos estudantes a concepção de deficiência como um problema, dificuldade, estigma, denotando um forte vínculo com o discurso do modelo médico, ou seja, como uma condição orgânica relacionada a uma limitação de ordem física e individual, portanto, de cunho pessoal. Entretanto, consideramos que a concepção de deficiência apenas restrita a uma vivência pessoal e a necessidade de normalização fragiliza muito a luta destas pessoas por condições de acessibilidade e garantia dos seus direitos através de políticas públicas específicas.

Espera-se que esta análise possibilite um repensar da condição de deficiência pelos sujeitos que vivenciam essa realidade, pois a concepção de deficiência assumida socialmente não é ingênua, mas influencia profundamente a construção de políticas, práticas e atitudes no contexto institucional.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Marbênia Gonçalves Almeida. Deficiência: marco legal e institucional. In: VALDÉS, Maria Teresa Moreno. (Org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios**. Fortaleza: EDUECE, 2006.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, RS, 2008.

BRASIL, **Decreto Legislativo nº 186**, de 09 de julho de 2008. Brasília, 2008.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), Brasília, 2007. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva> acesso em 04/04/2013.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

_____. **A Construção do Conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios**. Salvador, 2013. Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2430> Acesso em 16 de abril de 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro – RJ: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, V.1, Nº 2, 2º SEM., 1996.

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Grupo editorial CINCA. Madrid, 2008. Disponível em: http://www.uis.edu.co/webUIS/es/catedraLowMaus/lowMauss11_2/sextaSesion/El%20modelo%20social%20de%20discapacidad.pdf Acesso em 16 de abril de 2013.

SANTOS, Adriana Motta Barbosa. **Tecnologia Assistiva: contribuições para inclusão educacional de pessoas com paralisia cerebral**. Monografia (Pós Graduação em Educação Especial). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

TUNES, Elizabeth. Preconceito, inclusão e deficiência – o preconceito no limiar da deficiência. In: TUNES, Elizabeth; BARTHOLO, Roberto. **Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

VYGOTSKY, Lev. S., **A Formação Social da Mente**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.